



CDS reúne com Politécnico

Estado deve premiar "quem trabalha bem"

O CDS-PP reuniu esta semana com a direção do Instituto Politécnico de Castelo Branco para conhecer a realidade da instituição de ensino superior. A delegação encabeçada pelo deputado Raúl Almeida encontrou-se com Carlos Maia, o presidente do IPCB.

No final da reunião o deputado centrista foi questionado pelos jornalistas sobre a construção da nova Escola Superior de Artes Aplicadas, mas segundo Raúl Almeida o assunto não foi abordado no encontro que decorreu à porta fechada. No entanto, disse o deputado, "se a administração entende que faz falta eu

não sou ninguém para dizer que não faz falta".

Raúl Almeida elogiou o que considera ser a excelência do trabalho desenvolvido pelo IPCB na região e acredita que por isso "o Estado central saberá olhar e diferenciar quem trabalha bem".

Tal como o Reconquista noticiou recentemente, o Conselho de Ministros recuou na intenção de construir a Escola Superior de Artes Aplicadas apesar de o Ministério da Educação ter dado luz verde ao concurso público. O CDS é um dos partidos que integra o Governo de Pedro Passos Coelho.

José Furtado

Senhas de presença e outros custos

CDS-PP pede contas às assembleias municipais

Um grupo de deputados do CDS-PP, liderado por Altino Bessa, quer saber como são pagas as senhas de presença aos membros das assembleias municipais.

Num requerimento dirigido aos presidentes destes órgãos, os deputados democrata-cristãos pretendem saber, nomeadamente, "se as senhas de presença e as despesas de deslocação dos membros das assembleias municipais são pagas por sessão ou por reunião, quantas sessões (ordinárias e extraordinárias) e reuniões se realizaram no respectivo órgão em 2010 e 2011, e qual o custo total de cada sessão e de cada reunião, e o custo total anual". O CDS-PP quer ainda saber "se existem comissões a funcionar na respectiva assembleia municipal e, se sim, quantas e quais, quantas vezes reuniram estas comissões em 2010 e 2011, se os seus membros recebem senhas de presença por essas reuniões e, se sim, qual o valor recebido individualmente e qual o custo total com o funcionamento destas

comissões em 2010 e 2011". E pretendem ainda saber "os custos totais gastos em 2010 e 2011 com o funcionamento da assembleia municipal, incluindo os pagamentos aos seus membros, funcionários, ou outros, e se o presidente tem atribuída viatura de serviço, motorista, telemóvel ou outras".

O CDS-PP entende que as senhas de presença são, nos termos do Estatuto do Eleito Local, direitos dos eleitos locais que não estão em regime de permanência ou meio tempo, como medida compensatória do esforço que o desempenho de cargos políticos implica e que, portanto, o esclarecimento cabal da questão suscitada contribui para o CDS-PP inquirir assembleias municipais sobre senhas de presença regular funcionamento entre os órgãos representativos dos municípios no âmbito das suas atribuições e competências próprias estabelecidas pela Constituição e pela lei na prossecução de interesses próprios das populações respectivas.

Ministério da Economia e POVT dão parecer positivo

Esart avança de vez!

A construção do novo bloco pedagógico da Escola Superior de Artes Aplicadas de Castelo Branco parece estar desbloqueada. O Ministério da Economia e o Programa Operacional de Valorização do território deram parecer positivo para que a obra avance. Entretanto, o concurso público já tem 40 empresas inscritas, entre as quais as maiores construtoras do país.

A construção da nova Escola Superior de Artes Aplicadas de Castelo Branco, no Campus da Talagueira, vai mesmo avançar, depois de na passada sexta-feira, o secretário de Estado da Economia ter manifestado ao presidente do Instituto Politécnico o caráter de exceção da obra e dos gestores do Programa Operacional de Valorização do Território (POVT) terem dado parecer positivo à sua execução.

Carlos Maia mostra-se "esperançado que a obra avance de vez". Com estas duas decisões fica ultrapassado o obstáculo criado pela resolução do Conselho de Ministros que determina, no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) "a rescisão das decisões relativas à aprovação de operações, há mais de seis meses, sem execução física e financeira, e a reavaliação imediata dos programas orientando a sua reprogramação para o crescimento, a competitividade e o emprego".

O presidente do IPCB revela ao Reconquista que "depois de apresentarmos todo o processo ao Ministério da Economia, o secretário de Estado entendeu a que a execução da obra está dentro do regime de exceção que a própria resolução do Conselho de Ministros prevê".

Após a reunião que man-



Carlos Maia teve boas notícias no Ministério da Economia

teve com aquele membro do Governo Carlos Maia ficou a aguardar pelo parecer positivo dos gestores do POVT, que é responsável pelo financiamento dos fundos comunitários. Algo que aconteceu na tarde desse mesmo dia. "Desta forma estão criadas as condições para que o ministério ou o Conselho de Ministros autorize a construção da Esart".

Carlos Maia recorda que o "concurso público para a execução da obra está a decorrer, estando neste momento inscritos cerca de 40 empresas". Reconquista apurou que entre eles estão as maiores construtoras do país.

Como o Reconquista anunciou, em primeira mão, a construção da Escola Superior de Artes Aplicadas (Esart) chegou a estar em risco. Depois da componente nacional estar garantida pela câmara albacastrense, dos fundos comunitários assegurados e do Ministério da Educação ter dado ordem para o lançamento do concurso público, o Conselho de Ministros aprovou uma resolução contrária.

O problema resumia-se ao facto da construção da Esart ainda não ter qualquer

execução física, já que só há cerca de um mês o Ministério da Educação e Ciência deu luz verde para que o Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB) pudesse lançar a obra a concurso, o que já aconteceu.

Aquela situação obrigou o presidente do IPCB a novas diligências e levou mesmo a deputada socialista Hortense Martins, eleita por Castelo Branco, a questionar os ministérios da Economia e da Educação sobre este assunto. A resposta à deputada socialista indicava que o POVT daria um parecer na passada sexta-feira, o que aconteceu.

O caricato de toda esta situação, é que a obra já tinha o seu financiamento assegurado, quer pelos fundos comunitários (através do POVT – e eram esses que agora o Governo colocava em risco), quer pela componente nacional (através da Câmara de Castelo Branco, que se substituiu ao próprio Governo, garantindo as restantes verbas para a obra).

O custo da nova Esart é de cerca de cinco milhões de euros e tem o financiamento comunitário de 70%, sendo o restante pago pela autarquia, o que faz com que o Orça-

mento de Estado não tenha qualquer custo.

Recorde-se que o processo para a construção de instalações definitivas para a Esart data de 2000, estando aprovado pelo Ministério da Educação e Ciência.

De referir que a Esart foi criada em 1997 e ocupa instalações provisórias na Escola Superior Agrária de Castelo Branco, tendo neste momento 744 alunos em quatro cursos de licenciatura e cinco de mestrado.

Para Carlos Maia, "a construção da escola será uma obra emblemática para a cidade e para a região. O novo bloco pedagógico vai garantir melhores condições de ensino e mais prestação de serviços à comunidade a uma escola que apesar da sua idade tem um grande prestígio a nível nacional e internacional e que tem ganho diversos prémios não só em Portugal como no estrangeiro", disse.

A própria Assembleia Municipal de Castelo Branco aprovou por unanimidade o protocolo entre a autarquia e o Instituto Politécnico, no sentido de ser a Câmara a assumir a componente nacional da obra.

João Carrega